



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006106-41.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **WESLEY VISCARDI**
Requerido: **CLARO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que fez uso de linha telefônica da ré até janeiro de 2012, quando se mudou para novo endereço e contratou os serviços de outra operadora de telefonia.

Alegou ainda que recentemente a ré emitiu faturas relativas à linha cancelada desde 2012, cujos valores não reconhece como devidos.

A ré não contestou especificamente os fatos articulados pelo autor, limitando-se a esclarecer que os serviços a seu cargo foram prestados corretamente.

Não refutou, porém, o cancelamento da linha em apreço desde janeiro/2012 e tampouco fez menção de que até a emissão das faturas questionadas o autor tivesse feito uso de seus serviços àquele título.

Nota-se pelo histórico da fatura de fls. 03/08 que sua cobrança deriva de ligações realizadas entre maio e junho de 2014, mas nada de concreto denota o liame entre o autor e tais fatos precisamente pelo que já restou assinalado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Tivesse a ré ao menos demonstrado que entre fevereiro/2012 e abril/2014 o autor realizou pagamentos por serviços prestados em relação à linha aludida se poderia cogitar então da legitimidade dos débitos trazidos à colação.

Como, porém, isso não sucedeu e nada de concreto foi amealhado para vislumbrar a regularidade da constituição dos mesmos, é de rigor reconhecer a inexistência de respaldo para eles.

Nesse contexto, a declaração de sua inexigibilidade impõe-se, acolhendo-se em consequência o pleito exordial.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade das faturas referidas a fl. 01 relativas à linha telefônica nº (16) 3201-3294, nos valores de R\$ 2.243,59 (vencimento em 20/06/2014) e de R\$ 374,98 (vencimento em 17/06/2014).

Torno definitiva a decisão de fls. 11/12.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 09 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**